

Demografia e evolução social em Portugal

1. NATALIDADE ALTA E EMIGRAÇÃO

1) A evolução demográfica portuguesa tem sido, em muito larga medida, determinada pela emigração.

A natalidade desceu mais lentamente do que nos países mais industrializados da Europa ocidental. Desde 1886, que é o período mais documentado pelas estatísticas oficiais, encontram-se decerto ocasiões em que alguns outros países ultrapassaram Portugal. Mas, em regra, ainda que muito aquém dos valores da ordem dos 50 nascimentos por 1000 habitantes que alguns pensam ser de esperar na ausência de limitação de nascimentos e em condições favoráveis de estrutura etária e nupcialidade, a natalidade portuguesa foi até há pouco abundante.

A mortalidade foi também, em regra, elevada, mas o número de óbitos situou-se quase sempre em cada ano abaixo do número dos nascimentos, pelo que se formaram ordinariamente substanciais saldos positivos.

Nestas condições, a população portuguesa tenderia a crescer regularmente de ano para ano. Porém, os sucessivos censos revelam uma história demográfica algo acidentada, com altos e baixos de crescimento, que só podem atribuir-se à incidência dos movimentos migratórios.

No quadro n.º 1 pode ver-se a evolução dos acréscimos de população revelados pelos recenseamentos, comparados com os saldos de nascimentos e óbitos correspondentes aos períodos intercensuais. Está aí retratada a pulsação da história de Portugal no presente século.

Acréscimo entre recenseamentos e saldo de nascimentos e óbitos em Portugal, de 1900 a 1981 (em milhares)

(QUADRO N.º 1)

Anos de recenseamento	Acréscimo sobre o recenseamento anterior	Saldo de nascimentos e óbitos desde o recenseamento anterior
1911	552,4	749,4
1920	81,0	425,6
1930	722,3	810,4
1940	953,0	828,7
1950	754,8	847,8
1960	379,2	1 090,8
1970	- 241,0	1 072,6
1981	1 184,7	791,7

Fonte: publicações do INE.

2) O acréscimo de meio milhão de habitantes revelado pelo Recenseamento de 1911, ainda que significativo (aumento de 10% em relação a 1900), é bastante inferior ao saldo de nascimentos e óbitos. É que todo o período de finais do século XIX e de começos do século XX foi época de forte emigração. Saíram então muitos para o Brasil, para os Estados Unidos, para o Havai e para outros destinos. A própria revolução de 1910 provocou um importante movimento de exilados políticos.

A seguir a 1911, a emigração para o Brasil e para os Estados Unidos atinge volumes muito elevados, em particular em 1912, 1913 e 1914. O começo da guerra na Europa travou a pouco e pouco este movimento, decrescendo o número de saídas de ano para ano, para ser em 1918 menos de metade do que fora em 1914. Voltou logo a subir para níveis muito altos em 1919 e 1920. No conjunto, o volume de saídas, entre 1911 e 1920, assumiu proporções tais que tornou insignificante o acréscimo da população revelado pelo Recenseamento de 1920 (+1,4%).

A década de 1920 foi também época de considerável emigração, embora em montantes um pouco abaixo da do período de 1911-20. Com efeito, tornou-se, a partir de meados da década, quase impossível a ida para os Estados Unidos na sequência da legislação de quotas. No Brasil, as oportunidades de colocação interessante começaram a estreitar-se. Procurou-se um novo destino na Argentina, que não alcançou, porém, volume comparável ao dos que seguiam para o Brasil.

Mas o acréscimo significativo registado em 1930 (+12%) não resultará só de alguma desaceleração das saídas. Pois houve também o retorno de muitos que tinham ido para o estrangeiro por razões ligadas com a agitação dos anos imediatamente posteriores à proclamação da República e com a mobilização para os corpos expedicionários para a França e África.

Mesmo aumentado por estes regressos, o acréscimo continua, porém, inferior ao saldo de nascimentos e óbitos, no que bem se revela o peso numérico das saídas.

Já o Recenseamento de 1940 apurou um resultado inteiramente novo em Portugal — um acréscimo superior ao saldo de nascimentos e óbitos. Foi o efeito conjugado de dois fenómenos bem conhecidos. Por um lado, as restrições às entradas de imigrantes no Brasil e em outros países de destino, na sequência da crise económica dos anos 30, que mantiveram em Portugal muitos que noutras circunstâncias teriam emigrado. E, por outro, o retorno dos que no estrangeiro tinham ficado desempregados e dos refugiados das guerras que marcaram a segunda parte da década, a Guerra Civil de Espanha e a guerra na Europa, que rapidamente se tornou mundial.

A emigração voltou a ser mais fácil a partir de 1946 e cresceu rapidamente. Foi logo em 1950 mais de três vezes o que tinha sido em 1945. O Recenseamento de 1950 mostrou ainda um acréscimo populacional significativo (+9,7%). Mas é já, de novo, inferior ao saldo de nascimentos e óbitos.

Depois disso dá-se o grande fluxo da emigração do pós-guerra. Nos anos 50 recomeça a emigração para o Brasil e para outros destinos fora da Europa. Começa ainda timidamente a emigração para França. O acréscimo apurado pelo Recenseamento de 1960 representa já menos de 35% do saldo de nascimentos e óbitos.

A década de 1960 é a da grande emigração para a França e para outros países da Europa, cujos efeitos são visíveis no Recenseamento de 1970. Ainda que a importância da emigração fosse geralmente conhecida, os resultados causaram surpresa e foram recebidos com reserva e tidos logo

por errados por muitos. E é certo que há notícia de diversas deficiências e lacunas que tornam os números apurados de duvidosa confiança. Mas convém lembrar que o INE se fixou em números definitivos que envolvem um decréscimo de um quarto de milhão de habitantes. O saldo de nascimentos e óbitos no período de 1961 a 1970 foi, porém, de mais de 1 milhão. Uma fortíssima massa humana revela-se assim arrastada pelas perspectivas oferecidas pelo trabalho em França e na Alemanha.

Agora, o Recenseamento de 1981 regista um resultado comparável ao de 1940. Um acréscimo superior ao saldo de nascimentos e óbitos. No que se está perante o efeito de forças análogas. Tornou-se, por um lado, cada vez mais difícil a emigração a partir de fins de 1973. Assistiu-se, por outro lado, ao regresso de muitos emigrantes, uns por razões de desemprego nos países estrangeiros onde se encontravam, outros por terem completado o projecto de poupança com que saíram e se acharem em condições de ter o suficiente para uma vida mais desafogada na terra de origem. E sobretudo houve o retorno dos que antes residiam em África, aos quais se deverá a parte principal do acréscimo.

3) Por esta forma, o crescimento demográfico português mostra-se até hoje basicamente condicionado pelos factores de rejeição e atracção que impulsionam os movimentos migratórios. O que significa que uma política capaz de afastar ou simplesmente atenuar os efeitos de tais factores poderá prevenir excessivos desequilíbrios demográficos. Observa-se agora, porém, que a natalidade se modifica em Portugal, caminhando de ano para ano para níveis cada vez mais baixos. E, perante isto, as perspectivas futuras serão bem outras, em caso de novo ciclo de forte emigração.

2. A EVOLUÇÃO RECENTE DA NATALIDADE

1) Os valores que a natalidade até há pouco atingiu não destoavam do que era corrente na Europa mediterrânica. Estavam ainda um pouco acima do que se registava na generalidade dos países da Europa ocidental. Parecia, de facto, que o processo de baixa da natalidade não se tinha desenvolvido ainda em Portugal até ao termo da tendência histórica observada nos países mais industrializados da Europa.

Onde o declínio da natalidade se iniciou mais cedo foi na década de 1930, em que teve aparentemente o seu termo o primeiro ciclo longo da baixa. Depois de 1945 e até 1964 registaram-se aí níveis de natalidade mais altos, traduzindo os efeitos do *baby-boom* que se seguiu ao final da guerra e da estabilização subsequente, a níveis pouco acima do necessário para assegurar a renovação das gerações. A que se segue agora nova tendência para a baixa.

A recuperação que tiveram, ainda que temporária, não tem paralelo real nas taxas portuguesas, que prosseguem o seu caminho descendente.

Na década de 1930 também em Portugal se acentuou a decadência da natalidade. Mas começava aqui a acelerar-se a descida, quando o processo de baixa atingia já situações extremas nos restantes países da Europa ocidental.

2) Poderá, aliás, pensar-se que o comportamento recente da natalidade portuguesa reflecte em alguma medida os efeitos da inflação e da crise de desemprego, havendo muitos casos de casais que por agora decidem adiar

o nascimento de filhos, não se fixando desde já definitivamente a esse respeito. Se a crise se prolongar, o avanço na idade transformará muitas renúncias temporárias em situações definitivas. Mas, para os mais novos, uma eventual melhoria das condições de emprego permitirá recuperar parte dos nascimentos adiados.

Também parece, no entanto, aconselhável ver a redução de nascimentos verificada em 1978 e nos anos subsequentes, em conjunto com o aumento extraordinário de 1975, 1976 e 1977. Pois tudo indica que os dois movimentos não são independentes um do outro. Antes, os elementos disponíveis sugerem que a baixa recente decorre do aumento extraordinário anterior. Visto que este, mais do que um desvio substancial em relação à tendência em curso, se apresenta como uma antecipação de nascimentos já planeados.

A observação do comportamento do número anual de nascimentos de 1970 a 1979, que se transcreve no quadro n.º 2, mostra, com efeito, que todo o aumento e o principal da baixa se registam no conjunto nas mulheres com idade inferior a 25 anos, isto é, dos grupos etários mais susceptíveis a mudanças nas condições económicas e sociais.

Nados-vivos segundo a idade das mães, de 1970 a 1979 (em milhares)

(QUADRO N.º 2)

Idade das mães	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
15	0,06	0,08	0,07	0,06	0,1	0,12	0,15	0,16	0,17	0,12
15-19	11,0	12,3	12,3	12,4	13,4	15,4	19,9	20,3	18,8	17,5
20-24	47,5	52,4	49,6	49,3	49,9	55,9	63,5	62,2	58,0	55,6
25-29	47,4	53,3	50,0	49,5	50,0	51,7	51,1	50,2	46,8	45,2
30-34	34,2	35,8	31,2	30,4	29,2	29,3	27,7	26,7	25,0	24,7
35-39	22,7	24,0	21,5	20,6	20,1	18,5	16,5	14,3	12,4	11,6
40-44	9,1	10,1	9,0	9,1	8,4	8,0	7,2	6,4	5,6	5,0
45-49	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,6
50 e +	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04	0,0	0,02	0,02	0,02
Idade ignorada	0,03	0,01	0,03	0,01	0,0	0,0	0,0	0,0	—	—
Total	172,8	188,9	174,6	172,3	171,9	179,6	186,7	181,1	167,5	160,3

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*.

O aumento geral de ordenados verificado no período revolucionário levou claramente a casamentos e nascimentos previstos para um pouco mais tarde na vida das mulheres.

Em alguma medida terá isto sido provocado por concepções antenupciais, habitualmente com certo peso entre os filhos nascidos de mães mais jovens. Mas também os quadros n.ºs 3 e 4 mostram que os nascimentos fora do casamento seguiram a tendência geral dos nascimentos no mesmo período. Só o ano de 1979 se destaca abertamente desta tendência, e aí estará presente o efeito da nova redacção do artigo 1601 do Código Civil, que impede o casamento de raparigas com menos de 16 anos, ainda que grávidas ou já mães, ao contrário do que antes sucedia.

Tudo isto, em conjunto, sugere que se está perante o que é substancialmente o efeito de decisões voluntárias dos casais. A ser assim, não deverá surpreender que a actual redução do número de nascimentos esteja antecipada em relação à tendência. Do que, a confirmar-se, poderá resultar alguma subida futura, ainda que a tendência global a prazo venha a manter-se dentro dos padrões actuais dos países industrializados.

3) Deve, de resto, notar-se que, no que respeita à natalidade em Portugal, à dificuldade em avaliar as perspectivas futuras acresce a dúvida sobre o simples alcance dos números registados a partir da década de 1960. A natalidade cada vez mais baixa de todo o período pode, com efeito, entender-se como sendo sobretudo o resultado do desejo dos casais de terem menos filhos do que no passado. Tal é o entendimento habitual em outros países. Na natalidade registada em Portugal pesa, no entanto, também, por forma sensível, o efeito da emigração maciça com início em começos da década de 1950.

Nados-vivos fora do casamento, de 1970 a 1979, de mães até 30 anos de idade

(QUADRO N.º 3)

Idade das mães	Média de 1970-73	1974	1975	1976	1977	1978	1979(a)
15	42	65	65	82	107	121	121
15-19	2 327	2 496	2 820	3 245	3 123	3 137	3 362
20-24	3 856	3 964	4 266	4 540	4 235	4 088	4 110
25-29	2 641	2 471	2 484	2 641	2 544	2 583	2 697
Total	8 866	8 996	9 635	10 508	10 009	9 929	10 290

(a) A partir do Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro (em vigor em 1 de Abril de 1978), deixou de ser possível o casamento de raparigas com idade inferior a 16 anos, o que transformou em nascidos fora do casamento todos os filhos havidos de mães abaixo dessa idade (em média, 53 nados-vivos legítimos por ano de mães com menos de 15 anos de 1975 a 1978).

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*.

Parte majoritária dos emigrantes são adultos jovens e a sua permanência demorada no estrangeiro afecta sensivelmente o número de nascimentos. Não é que, por isso, tenha baixado a nupcialidade. Porém, casando-se, levam muitas vezes as mulheres para o estrangeiro, onde lhes nascem os filhos. Mantêm porventura taxas de natalidade mais elevadas do que as que são usuais nos países onde trabalham. Mas os seus filhos não aparecem nas estatísticas portuguesas de nascimentos no continente e ilhas.

Comparação entre a evolução do número dos nados-vivos fora do casamento e do total dos nados-vivos de mães até 30 anos de idade, de 1970 a 1979

(QUADRO N.º 4)

Tipo de indicador	Média de 1970-73	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Total de nascidos	111 810	113 427	123 131	134 622	132 854	123 775	118 401
Índice	100	102	110	120	119	111	106
Total fora do casamento ...	8 866	8 996	9 635	10 508	10 009	9 929	10 290
Índice	100	102	109	119	113	112	116

Fontes: as dos quadros n.ºs 2 e 3.

De modo que a baixa de natalidade no final dos anos 60 em Portugal poderá ser, em parte significativa, proveniente da emigração, e não apenas uma baixa resultante da mudança nas atitudes. Distinção que será relevante para a estimativa correcta das tendências.

3. A ESTRUTURA DA FECUNDIDADE

1) Não há, porém, que negar, em face da repartição dos nascimentos pelos diversos grupos etários da população feminina, que se faz sentir uma marcada tendência para a baixa da natalidade.

É o que mostram os dados do quadro n.º 5, onde se reúnem os indicadores da fecundidade segundo a idade das mães de 1930 a 1982.

Fecundidade segundo a idade das mães em Portugal de 1930 a 1982

(Número de nados-vivos por 1000 mulheres de cada grupo etário)

(QUADRO N.º 5)

Idade das mães	1930-34	1937-41	1947-51	1958-62	1968-72	1978-82
15-19	23.09	20.76	22.47	26.78	31.23	41.08
20-24	153.17	136.27	139.11	150.07	152.31	142.52
25-29	200.79	178.42	166.91	179.99	184.52	130.97
30-34	179.50	146.76	146.17	135.72	127.05	76.09
35-39	140.10	114.00	111.27	95.76	82.14	37.69
40-44	65.83	53.64	50.59	44.24	34.35	14.96
45-49	10.97	8.89	7.34	4.41	3.30	1.83

Fonte: INE: estatísticas anuais da natalidade por idades: população feminina à data dos recenseamentos. O presente quadro actualiza e corrige o quadro publicado com o n.º 6 em O. S. Barata. «O factor humano no espaço português», in *Revista Militar*, n.ºs 8/9, Agosto/Setembro de 1972.

O quadro revela duas tendências fundamentais: o decréscimo da fecundidade das mulheres de todos os grupos etários, excepto as compreendidas nos grupos etários de 15 a 24 anos, e a crescente concentração da fecundidade em idades jovens.

No período de 1930-34, reflectindo, aliás, uma situação já proveniente de épocas anteriores, os nascimentos repartem-se amplamente pelo período fecundo da vida das mulheres. O número de filhos é significativo nas mulheres de todos os grupos etários entre os 20 e os 45 anos. Passados os 35 anos, e até passados os 40 anos, muitas mulheres continuam a ter filhos. O maior número de nascimentos é proveniente de mulheres entre os 25 e os 29 anos, reflectindo o efeito da idade em que o casamento é então mais usual. As mulheres de 30 a 34 anos têm mais filhos do que as de 20 a 24 anos, também largamente por efeito da idade à data do casamento.

A partir dos anos 30 e até aos anos 70, todo o abaixamento da natalidade se verifica entre as mulheres com mais de 30 anos.

É primeiro entre as mulheres mais velhas que os nascimentos quase deixam de se verificar. O número de nados-vivos por 1000 mulheres com mais de 45 anos é, nos anos de 1958-62, menos de metade do que foi nos anos de 1930-34. Os dados relativos ao período de 1978-82 mostram que os nascimentos neste grupo etário são, por sua vez, menos de metade dos que se tinham observado em 1958-62. A mudança nos usos e costumes fez, pois, com que as mulheres destas idades renunciasssem quase inteiramente a ter filhos.

Também nas mulheres entre os 40 e os 44 anos, os nascimentos se tornam progressivamente mais raros. Tendo tido, no período de 1930-34, o triplo dos filhos das mulheres entre os 15 e os 19 anos, vêm a ter, no período de 1978-82, menos de metade do número de filhos destas mulheres mais jovens.

As mulheres com 35 a 39 anos seguem a mesma tendência, renunciando a pouco e pouco a ter filhos. Os dados relativos ao quinquénio de 1930-34 mostram nas mulheres desta idade uma fecundidade muito próxima da das mulheres com 20 a 24 anos. Os números relativos a 1968-72 revelam já entre elas uma fecundidade que é pouco mais de metade da das mulheres com 20 a 24 anos. E nos anos de 1978-82, o número de filhos gerados por mulheres de 35 a 39 anos não atinge um terço do das mulheres deste grupo mais jovem. Está, de facto, abaixo do número de filhos provenientes de raparigas de 15 a 19 anos.

As mulheres entre os 30 e os 34 anos constituíram durante muitas décadas o segundo grupo mais fecundo entre as mulheres portuguesas.

Só nos anos de 1958-62 as vemos ultrapassadas pelas mulheres de 20 a 24 anos. A partir daí, a sua fecundidade tende continuamente a baixar. Em 1978-82 regista-se neste grupo etário um número médio de filhos que é pouco superior a metade do número de filhos nascidos entre mulheres de 20 a 24 anos.

Até o grupo habitualmente mais fecundo, o das mulheres de 25 a 29 anos, perde a sua posição, nos anos de 1978-82, em favor das mulheres de 20 a 24 anos. Na verdade, em Portugal, apenas as mulheres de 20 a 24 anos conservam hoje a sua fecundidade pouco abaixo do nível da que tiveram na década de 1930. Trata-se dos efeitos da conhecida tendência para os casais se formarem mais cedo, terem menos filhos e terem os filhos que desejam logo nos primeiros anos a seguir ao casamento.

Assim, em Portugal segue-se, ainda que a alguma distância, evolução análoga à observada em outros países europeus. À medida que decresce globalmente a natalidade, os nascimentos concentram-se nas idades mais jovens. O que é ainda acentuado pelo processo de baixa da idade à data do casamento, que, em regra, tem acompanhado a elevação do nível de vida.

2) Tudo isto, naturalmente, se traduz no decréscimo do número médio de filhos por mulher, conforme mostra o quadro n.º 6:

Número médio de filhos por 1000 mulheres que completam o seu período fecundo, em Portugal, de 1930 a 1982

(QUADRO N.º 6)

Período	Fecundidade total
1930-34	3 867
1937-41	3 294
1947-51	3 219
1958-62	3 185
1968-72	3 075
1978-82	2 226

Fonte: calculado a partir das estatísticas anuais da natalidade e dos dados sobre a população à data dos recenseamentos publicados pelo INE

Os dados representam uma estimativa do número de filhos que teriam em média 1000 mulheres que seguissem em todo o seu período fecundo dos 15 aos 49 anos a natalidade média por idades do correspondente quinquénio. Vê-se, pois, que no decurso dos 50 anos abrangidos pelos indicadores reunidos no quadro se passa de uma média de 3,87 filhos por

mulher a uma média de 2,23 filhos, o que traduz um decréscimo de 42%.

A situação real é um pouco diferente da que mostram as estimativas, porque as mulheres em idade fecunda nos anos de 1930-34 não chegaram a ter os 3,87 filhos que o cálculo sugere, visto que muitas delas, que completaram o seu período fecundo em épocas posteriores, foram influenciadas pelas circunstâncias de tais épocas e vieram a ter bastante menos filhos do que aqueles que então se estimava que teriam. E o mesmo se passou e está a passar com todas as mulheres em idade fecunda nos anos a que se reportam os cálculos referidos a períodos subsequentes. E, por isso, é bem provável que, a manter-se a tendência actual para a baixa da fecundidade, as mulheres actualmente a percorrerem o seu período fecundo venham a ter menos filhos do que o número médio de 2,23 que o indicador sugere. Aliás, a fecundidade total dos anos mais recentes do quinquénio de 1978-82 situa-se significativamente abaixo da média. Caminha-se, de facto, à luz das últimas estatísticas disponíveis sobre a natalidade por idades à data em que se escreve (que são as relativas a 1983), para menos do que o limite mínimo de 2,1 nascimentos por mulher, que se estimam necessários para assegurar a renovação das gerações em termos de não crescimento da população.

Acontece ainda que, por efeito da mortalidade feminina, algumas mulheres não chegam a completar o seu período fecundo, pelo que a fecundidade total será realmente um pouco inferior à que se estima no quadro n.º 6. No quadro n.º 7 transcreve-se o indicador sobre o número médio de filhos por mulher corrigido dos efeitos da mortalidade feminina entre os 15 e os 49 anos. É, de facto, um período da vida em que a mortalidade tende hoje a ser baixa e, por isso, a redução de nascimentos que daí resulta não é muito ampla.

Fecundidade total líquida em Portugal de 1930 a 1982(a)

(QUADRO N.º 7)

Período	Número médio de filhos por mulher
1930-34	3,75
1937-41	3,2
1947-51	3,15
1958-62	3,16
1968-72	3,06
1978-82	2,21

(a) Número médio de filhos que poderão ter as mulheres que sobrevivam até aos 50 anos e sigam a fecundidade média das mulheres portuguesas de cada grupo etário, em cada um dos quinquénios de referência.

3) As gerações femininas mais recentes dão à luz visivelmente bem menos filhos do que as que as precederam. A tendência que indica estas estimativas, que assentam na projecção para o futuro da fecundidade por idades de cada quinquénio, é confirmada pelos resultados dos recenseamentos, ainda que não seja possível estabelecer o efeito real das mais recentes mudanças de atitude.

No quadro n.º 8 reúnem-se os dados sobre o número de filhos nados-vivos que tiveram as mulheres que à data dos Recenseamentos de 1970 e 1981 estavam na fase final do período fecundo ou já o tinham completado.

Número médio de filhos nados-vivos que tiveram as mulheres que tinham mais de 45 anos à data dos Recenseamentos de 1970 e 1981

(QUADRO N.º 8)

Idades	1970		1981	
	Média do total das mulheres	Média das mulheres que tiveram filhos	Média do total das mulheres	Média das mulheres que tiveram filhos
45-49	2,91	3,53	2,71	3,16
50-54	2,99	3,70	2,72	3,29
55-59	3,06	3,81	2,73	3,42
60-64	3,07	3,88	2,79	3,61
65 e +	3,19	4,00	2,93	3,96

Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1970 e 1981.

É visível que o número médio de filhos por mulher relativo ao total das mulheres, que é o indicador relevante para a comparação com os elementos do quadro n.º 7, é continuamente inferior à fecundidade total prevista.

É certo que os resultados dos recenseamentos estão influenciados pelos efeitos da mortalidade e da emigração sobre as gerações referidas. Admitindo, porém, para simplificar o raciocínio, que tanto uma como a outra não afetem mais as mulheres com muitos filhos do que as restantes mulheres, podem tomar-se tais dados como representativos da tendência.

E a tendência é, pois, a longo prazo, para a redução da fecundidade.

4) São, com efeito, cada vez em maior proporção as mulheres com pequeno número de filhos.

Os quadros n.ºs 9 e 10, que mostram como se repartem, à data dos Recenseamentos de 1970 e de 1981, segundo o número de filhos havidos, as mulheres com mais de 45 anos que tiveram filhos, documentam com clareza o processo em curso de redução das descendências finais.

Mulheres com mais de 45 anos à data do Recenseamento de 1970, segundo o número de filhos nados-vivos que tiveram, no continente e ilhas (em percentagem)

(QUADRO N.º 9)

Número de filhos nados-vivos	Mulheres com filhos (grupos etários)				
	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65 e + anos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1	23,2	21,3	20,1	19,8	19,4
2	24,5	22,8	21,7	20,6	18,7
3	15,6	15,9	15,9	15,0	15,2
4	10,3	11,0	11,4	12,0	12,0
5	7,3	7,8	8,5	8,8	9,5
6	5,3	6,2	6,4	7,0	7,4
7	4,0	4,4	4,7	5,3	5,5
8	3,0	3,3	3,7	4,0	4,1
9 e +	6,8	7,3	7,6	7,5	8,2

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1970.

Sendo o grupo mais jovem incluído nos quadros o de 45-49 anos de idade, tem de se reconhecer que a evolução mais recente não está aí documentada. Mas pode certamente descortinar-se a tendência dominante.

Os quadros indicam as percentagens do total das mulheres com filhos de vários grupos etários acima de 45 anos que têm 1, 2, 3, etc., até 9 e mais filhos. E mostram com nitidez como, passando dos grupos mais velhos, que reflectem a maior natalidade de épocas passadas, aos mais novos, baixa a percentagem das mulheres com muitos filhos e aumenta a das mulheres com 1, 2, e 3 filhos.

No conjunto das mulheres com 65 e mais anos em 1970, que são mulheres das quais as de menos idade atingiram os 45 anos entre 1946 e 1950, e que, por isso, seguiram genericamente, na sua fecundidade, as tendências das décadas de 1920 e 1930, quase metade das mulheres com filhos teve mais de três filhos. Entre as mulheres com 45 a 49 anos em 1970, e que são mulheres que seguiram, em regra, as tendências da fecundidade das décadas de 1940 e de 1950, apenas pouco mais de um terço das mulheres com filhos teve mais de 3 filhos.

Os resultados apurados pelo Recenseamento de 1981 mostram ainda a acentuação da tendência. Entre as mulheres com 50 a 54 anos que tiveram filhos, mais de dois terços não tiveram mais de 3 filhos. E entre as mulheres com 45 a 49 anos que tiveram filhos, as que não tiveram mais de 3 filhos ultrapassam 70% do total. Na verdade, entre estes dois grupos etários, que reflectem a experiência das décadas posteriores a 1950, mais de metade das mulheres que tiveram filhos tiveram apenas 1 ou 2 filhos.

É certo que há sempre alguns milhares de mulheres com descendências numerosas, mas a sua percentagem no total decresce de forma acentuada de geração para geração.

Mulheres com mais de 45 anos à data do Recenseamento de 1981, segundo o número de filhos nados-vivos que tiveram, no continente e ilhas (em percentagem)

(QUADRO N.º 10)

Número de filhos nados-vivos	Mulheres com filhos (grupos etários)				
	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65 e + anos
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1	24.2	25.3	24.7	23.0	19.4
2	30.0	26.9	25.0	22.9	19.9
3	16.4	15.7	15.6	15.4	15.3
4	9.5	9.7	10.1	10.8	11.7
5	5.9	6.4	6.8	7.6	9.0
6	4.1	4.5	5.0	5.8	7.1
7	2.9	3.2	3.7	4.3	5.3
8	2.1	2.5	2.8	3.2	4.1
9 e +	4.9	5.8	6.3	7.0	8.2

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981.

Há, por outro lado, uma percentagem significativa de mulheres de cada geração que nunca chegam a ter filhos, percentagem que tende a situar-se agora entre 15% e 20% do total das mulheres, a ajuizar pelo que revelam os resultados dos Recenseamentos de 1970 e 1981 para as mulheres com mais de 45 anos, que se transcrevem no quadro n.º 11.

Descortina-se uma tendência para a redução da percentagem das mulheres que nunca chegam a ter filhos. Mas é prudente tomar como referência proporções de mulheres sem filhos entre 15% e 20% do total das mulheres. Isto significa que o número médio mínimo de filhos necessários para assegurar a renovação das gerações, que hoje se estima, para as condições de mortalidade da Europa ocidental, em 2,1, deverá ser corrigido para entre 2,4 e 2,5 nados-vivos por mulher, quando se pensa em termos das mulheres que efectivamente têm filhos.

5) Para além da mudança nas concepções sobre a dimensão desejável das famílias, que tudo isto reflecte, há também presente um efeito de ajustamento à evolução dos níveis da mortalidade infantil.

Mulheres com mais de 45 anos à data dos Recenseamentos de 1970 e 1981 que não tinham tido filhos nados-vivos (em percentagem)

(QUADRO N.º 11)

Idade das mulheres	1970	1981
45-49	17,5	14,1
50-54	19,3	17,4
55-59	19,6	20,1
60-64	21,0	22,8
65 e +	20,2	26,0

Fonte: INE. Recenseamentos da População de 1970 e 1981.

É sabido, pela experiência de diversos países, que, quando a mortalidade infantil é alta, as famílias tendem a proteger-se contra o risco de morte dos filhos em idades jovens por meio de descendências um pouco mais numerosas do que a descendência final a que aspirariam. Trata-se de garantir que cheguem à idade adulta filhos em número suficiente para assegurar a continuidade da família. Quando, porém, o risco de morte em idades jovens se reduz, a pouco e pouco o número médio de filhos baixa, ajustando-se ao novo estado de coisas.

O modo como este efeito se manifesta em Portugal pode ver-se no quadro n.º 12, onde se transcrevem as estimativas de sobreviventes aos 15 anos dos nados-vivos correspondentes à fecundidade total líquida dos vários períodos indicada no quadro n.º 7.

O quadro revela constância da dimensão das descendências finais em termos de sobreviventes aos 15 anos. Os valores do período de 1968-72 são idênticos aos de 1930-34. E ao mesmo nível se situam os valores médios do quinquénio de 1958-62.

Constituem excepção os anos de 1937-41, que cobrem o período da guerra e exprimem a fecundidade mais baixa de uma época de insegurança e de crise.

E, também, os anos de 1947-51, que reflectem, por seu lado, o efeito de alguns anos de quebra temporária da natalidade. Ao ponto alto que Portugal atingiu em 1948 seguiram-se logo anos com menor número de nascimentos.

A estimativa de sobreviventes para o quinquénio de 1975-79 tem de ser apreciada tendo em conta que se usou para a elaborar a tábua de mortalidade relativa ao período de 1969-72, a qual corresponde a época de mortalidade infantil substancialmente mais elevada do que a dos anos de 1975 a 1979.

Quando estiver disponível a tábua de mortalidade a elaborar com apoio nos resultados do Recenseamento de 1981, poder-se-á chegar a uma estimativa mais realista dos sobreviventes aos 15 anos, a qual mostrará decerto um menor desgaste do número estimado de 2,21 nados-vivos por mulher.

Observou-se, de qualquer modo, pelo menos até começos da década de 1970, uma tendência que representa uma significativa continuidade nas ideias dos casais portugueses sobre o número de filhos que entendem necessários para assegurar a permanência da família. A que se segue agora uma ruptura sobre que importa meditar.

**Sobreviventes aos 15 anos dos nados-vivos correspondentes
à fecundidade total líquida de cada quinquénio**

(QUADRO N.º 12)

Período	Número médio de filhos por mulher
1930-34	2,87
1937-41	2,47
1947-51	2,67
1958-62	2,77
1968-72	2,85
1978-82	2,30

4. NATALIDADE E POLÍTICA DEMOGRÁFICA

1) As forças profundas que determinam as mudanças na fecundidade são reconhecidamente resistentes às tentativas orientadas para as desviar do sentido em que se desenvolvem. Os governos de muitos países que, defrontados com a queda da natalidade a níveis inquietantes nos anos 20 e 30 deste século, recorreram à criação de incentivos e estímulos ao casamento e à natalidade depressa se deram conta da limitada eficácia de tais medidas, ainda que concebidas em termos generosos. Subsídios e prestações familiares pensados para aliviar os gastos de instalação dos recém-casados ou para cobrir, na quase totalidade, as despesas e encargos básicos com a criação dos filhos, ou para facilitar à mãe dedicar-se à família, não se traduziram nem em acréscimos duradouros da taxa de nupcialidade nem em aumentos do número de nascidos.

Uma vez generalizado um estilo de vida assente na família nuclear com pequeno número de filhos, a natalidade tende a manter-se baixa, e com maior propensão para baixar ainda mais em face de conjuntura económica e social adversa do que para recuperar na eventualidade de conjuntura favorável.

Os hábitos de vida são agora outros. E a destreza com que os casais manobram os meios de contenção dos nascimentos garante que a descendência não aumentará até ao ponto de comprometer os modelos de que tais hábitos decorrem.

A melhoria das condições de vida, a elevação do nível de vida, a instrução mais difundida, a educação sexual mais completa, a atenuação das inibições tradicionais nesta matéria, tudo se conjuga para preservar a fórmula da descendência pouco numerosa. Tudo parece indicar que é o que agora está a ocorrer em Portugal.

2) Na política seguida nesta matéria em Portugal até à década de 1970 é fácil encontrar, ao mesmo tempo, afirmações de princípio natalistas e acções em que claramente predomina a prudência perante a perspectiva de qualquer acréscimo rápido do número de habitantes.

Os níveis elevados que teve até há pouco a natalidade portuguesa podem ajudar a compreender que a questão tenha sido durante muito tempo encarada sobretudo como problema de assistência, embora por vezes aflorasse a consciência da sua relevância demográfica.

Aliás, a atitude generalizada no nosso País no final do século XIX e no presente século em face da evolução demográfica era, em regra, a de se inquietar com o problema da absorção dos excedentes de braços.

Quem vivia uma experiência económica e social em que a emigração aparecia como consequência natural da falta de empregos no País não se sentiria inclinado a adoptar medidas susceptíveis de estimular o acréscimo da natalidade. Em tal contexto, as medidas de protecção às mulheres e crianças justificavam-se por considerações morais e humanitárias e pelo desejo de acompanhar a evolução das ideias nos restantes países da Europa ocidental; não podiam ser ainda um instrumento de política demográfica.

Foi o Decreto-Lei n.º 32 192, de 13 de Agosto de 1942, que pela primeira vez instituiu em Portugal o abono de família, aliás de montante modesto. O relatório do decreto, historiando a origem da prática de pagar subsídios aos trabalhadores com encargos de família, refere que, surgindo sobretudo como medida de assistência social, tomaram a certa altura a forma de instrumento de política demográfica. Aos olhos do legislador português, que notava o êxito moderado do pagamento de uma subvenção familiar como meio de política demográfica, o abono apresentava-se principalmente como fórmula capaz de permitir realizar o salário familiar.

A preocupação natalista aparece, no entanto, em outros diplomas da mesma época. No decreto falava-se também de subsídios de casamento, de maternidade e de aleitamento a conceder pelas disponibilidades das caixas de previdência. Mas será somente em 1960 que estes benefícios serão institucionalizados como encargo ordinário das caixas.

O alargamento da cobertura da Previdência ampliou o número dos que beneficiavam de tais prestações. Os subsídios mantiveram-se, porém, em montantes modestos, ainda que aumentados ultimamente com regularidade.

Trata-se, decerto, de apreciados auxílios concedidos às famílias e com significado relevante nas situações de baixos rendimentos. Mas não é realístico atribuir-lhes incidência natalista.

A lei declara, de resto, que tais prestações se destinam a compensar encargos familiares.

Os modelos com maior incidência neste domínio contêm-se, hoje, na Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, relativa à protecção da maternidade e da paternidade, e na Lei n.º 3/84, de 24 de Março, relativa à educação sexual e planeamento familiar.

Nenhuma delas se configura como natalista.

Tudo indica, pois, que, no futuro imediato, a tendência da natalidade portuguesa será decidida sobretudo pelo efeito da conjuntura económica e social sobre a atitude dos casais. E o efeito da conjuntura exerce-se agora no sentido do prolongamento da baixa.